



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2025 a 31/05/2025

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/7

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-17:28
Publ.: DCD - 5/22/2025 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 1.466, de 2025, que cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Além disso, destacou o papel da Ministra Esther Dweck e do Presidente Lula na condução do diálogo com o funcionalismo. Também afirmou que a gestão do ex-Presidente Bolsonaro promoveu o desmonte do setor, com congelamento de salários, ausência de concursos e ameaças de privatização por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Deputado Luiz Gastão pelo relatório.

É claro que a posição do Partido dos Trabalhadores, da Frente Brasil Popular e do Governo é favorável ao projeto.

Não posso deixar também de parabenizar a Ministra Esther Dweck e, é claro, o Presidente Lula por terem tido com os servidores públicos um tratamento de respeito, que considera o serviço público importante para o nosso País.

Na verdade, nosso Governo pegou o serviço público como se fosse terra



arrasada. Foram, pelo menos, 5 anos de destruição do serviço público, de falta de reajuste, de falta de concurso público e de ameaças de aprovação de uma tal PEC 32, que seria a privatização de todo o serviço público brasileiro. Isso foi o Governo Bolsonaro, isso foi Paulo Guedes, que era o Ministro forte da economia. No entanto, nós resistimos, reelegemos o Presidente Lula, e, no primeiro ano, os servidores já tiveram um reajuste de 9%.

Agora, 2 anos após intensos debates e discussões, foram feitos 38 acordos, que vão dar reajustes retroativos a janeiro deste ano a aproximadamente 1 milhão e 200 mil servidores.

O projeto tem que ser aprovado, porque em 2 de junho termina o prazo para a sua aprovação e os servidores públicos não podem ser prejudicados. Portanto, a gente pede aprovação do projeto de forma imediata.

É preciso dizer que o ajuste das carreiras e os reajustes dados, que neste caso não são lineares, possibilitaram também que nós realizássemos dois concursos nacionais unificados. Haverá mais servidores para atender o povo brasileiro, especialmente em áreas de saúde, educação, meio ambiente, administração, aliás, em todas as áreas. Além disso, cargos obsoletos estão sendo transformados para que os 102 novos institutos federais tenham lá os seus cargos técnicos e professores e que, na universidade, passem a ser analistas e técnicos.

Presidente, Deputados e Deputadas, além disso, há carreiras novas na justiça e na defesa. Em pouco tempo do Governo Lula, a "privataria" acabou e o serviço público voltou.

Parabéns, Presidente Lula!

"Sim" ao projeto de lei.

Documento 2/7

84.2025

Publ.: DCD - 5/22/2025 -

Sessão Ordinária - CD

21/05/2025-18:04

Fernanda Melchionna-PSOL -RS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 1.466, de 2025, que cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de



incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Além disso, rejeitou qualquer tentativa de retomar a reforma administrativa, apontando-a como uma ameaça aos direitos dos servidores. Por fim, afirmou que a estabilidade no serviço público é essencial para garantir a autonomia e a fiscalização.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, colegas, combativos servidores, é claro que nós somos a favor do Projeto de Lei nº 1.466, de 2025.

Nós tivemos que derrotar o Bolsonaro para resgatar a ideia de negociação e construir muitos acordos no âmbito do MGI, com as greves valorosas dos servidores. Sim, teve que haver luta no Governo Lula para garantir direitos. Quero deixar este registro da solidariedade necessária à luta dos servidores.

Boa parte dos acordos está aqui. São 42 os acordos firmados no âmbito das mesas de negociação setorial que vieram para o projeto, o que já justifica o nosso voto favorável.

Entretanto, eu quero fazer dois debates. O primeiro, sobre o conjunto de categorias que não foram contempladas e que fazem uma luta legítima para ter a sua carreira reconhecida, os seus direitos garantidos. As reclamações diante de mesas desmarcadas pelo MGI, feitas por categorias que ainda buscam o atendimento de acordos não cumpridos, os reajustes aquém da defasagem salarial...

Um salve para os trabalhadores da cultura em greve há vários dias! Eles têm o nosso apoio, a nossa solidariedade. Inclusive existe uma emenda aqui no plenário para os trabalhadores da cultura, que estão em greve. Há reivindicação de técnicos, de veterinários, de engenheiros, de um conjunto de categorias que nos procuraram. Nós queremos apontar essas lacunas porque a conquista de categorias como as que nós anunciamos aqui tem que ajudar na conquista de outras categorias que estão em busca de direitos.

Em segundo lugar, Presidente Hugo Motta, nós não aceitaremos chantagem com os direitos dos servidores. Nós lutamos muito no Governo Bolsonaro para que não houvesse reforma administrativa. Eles queriam fazer no serviço público a reforma trabalhista da CLT, Deputado Alexandre, e nós sabemos o que significou essa reforma: perda de direitos, rebaixamento global de salários. A reforma administrativa é um ataque aos servidores públicos. Aqui houve problemas, que saíram nesse relatório, mas com o Presidente dizendo que quer montar um grupo de trabalho para fazer uma reforma administrativa. Nós faremos a luta junto com vocês para que nenhum direito conquistado pelos trabalhadores seja perdido, porque foi justamente a estabilidade do servidor



que permitiu que os previdenciários, na sua greve, denunciassem a roubalheira no INSS e defendessem o direito dos aposentados. É justamente a estabilidade do servidor público que permite manter a autonomia de professores, de técnicos administrativos, de universidades, de institutos federais.

Então, nenhuma reforma administrativa! Todo apoio aos servidores públicos federais!

Documento 3/7

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-18:08
Publ.: DCD - 5/22/2025 -	Sâmia Bomfim-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, que cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Além disso, alertou para o risco de uma nova reforma administrativa, discutida entre lideranças, que poderia retomar ameaças já enfrentadas durante o Governo Bolsonaro, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020. Afirmou que seu mandato e o PSOL seguirão mobilizados na defesa dos direitos dos servidores e do serviço público.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nós estamos a favor do projeto principalmente porque ele é fruto de uma conquista de diversos setores e categorias do funcionalismo público federal, que fizeram greve, que se mobilizaram ao longo do ano de 2024 e conquistaram acordos muito importantes, que garantem o reajuste salarial. Eu quero citar como exemplo a greve histórica dos técnicos e docentes das universidades federais, que paralisaram suas atividades acadêmicas, construíram uma forte mobilização aqui no Congresso e agora, finalmente, vão



ter aquilo que é direito deles, fruto de muita luta, de muita conquista.

É fundamental caminhar nesse sentido de valorização e fortalecimento dos servidores públicos brasileiros, que tantas vezes são criminalizados e colocados como os grandes responsáveis pelo mau andamento das finanças públicas, como se fossem uma casta de privilegiados e não pessoas essenciais para a população. É justamente o contrário: são eles que garantem o funcionamento dos serviços públicos, que garantem a boa qualidade de atendimento dos serviços e que mantêm este País de pé.

Mas é importante fazer um alerta, porque ficou para uma segunda etapa, já anunciada e inclusive discutida no Colégio de Líderes, a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para discutir uma reforma administrativa. Isso é absolutamente preocupante. Durante os anos de Governo Bolsonaro, nós conseguimos nos mobilizar e derrotar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, um dos maiores ataques ao funcionalismo público, que buscava fazer uma restruturação completa, com modelos de avaliação ao longo das carreiras, num processo que poderia aumentar a perseguição direta aos servidores, dado que uma série de áreas, de profissões, de cargos não seriam considerados carreiras de Estado, e haveria até mesmo a possibilidade de substituição de servidores por cargos comissionados, temporários, o que aumentaria a possibilidade de assédio e de perseguição.

Sinceramente, a vontade de uns e outros de seguir atacando o funcionalismo público não acabou, infelizmente, por isso é temerária essa reforma administrativa que está se anunciando.

Podem contar com a nossa luta, com a luta do PSOL, com a luta do nosso mandato, que esteve presente nas greves, nas mobilizações, que acompanhou todo o processo de negociação e que estará presente nessa comissão para denunciar aqueles que querem, mais uma vez, atacar o funcionalismo público e retirar direitos duramente conquistados ao longo do tempo.

Atacar o serviço público, os servidores, significa abrir mão de responsabilidade com a coisa pública, com o Estado brasileiro. Isso nós não vamos admitir.

Documento 4/7

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-18:20
Publ.: DCD - 5/22/2025 -	Zé Trovão-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado respondeu à fala da Deputada Sâmia Bomfim sobre a reforma administrativa, afirmando que a proposta não representa um ataque ao funcionalismo, mas sim uma oportunidade de modernização do setor público.



Defendeu que a reforma traria inovação, informatização, políticas de gestão de pessoas e ações estruturantes voltadas à racionalização da administração pública. Informou que o objetivo é adaptar as carreiras às transformações do mercado e garantir eficiência aos servidores.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acompanhei a fala da nobre Deputada Sâmia Bomfim e quero corrigir uma fala dela sobre a reforma administrativa, uma fala que é muito perigosa e muito cara ao setor público nacional.

O que nós queremos com uma reforma administrativa é inovação e informatização, política de gestão de pessoas e, o principal, ações estruturantes, para racionalização da gestão. O que nós estamos prestes a propor nesta Casa é a salvação do setor público nacional, é a transformação da vida de pessoas que se dedicaram ao estudo para uma carreira que pode estar obsoleta e largada às traças.

Profissões morreram, outras surgiram, e o importante é que o mercado está informatizado. Se nós não cuidarmos dos servidores públicos, eles perderão a sua eficiência.

Só estou rebateando a fala da Deputada, respeitosamente.

Muito obrigado.

Documento 5/7

84.2025 Sessão Ordinária 21/05/2025-19:48
Publ.: DCD - CD
5/22/2025 - - Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB

**FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO
ORDEM DO DIA DA PRESIDÊNCIA
DISCURSO**

Sumário

O Presidente da Câmara prestou homenagem às Deputadas Benedita da Silva e Soraya Santos pelo trabalho realizado à frente da bancada feminina, destacando suas contribuições em pautas relevantes para as mulheres brasileiras, incluindo ações no Supremo Tribunal Federal. Além disso, reconheceu o papel da Deputada Yandra Moura, que deixou o Observatório Nacional da Mulher na Política para presidir a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Também agradeceu o esforço conjunto na construção do acordo partidário que garantiu a representação da bancada feminina. Por fim, destacou a atuação do Deputado Zé Trovão na criação de grupo de trabalho para discutir a reforma administrativa, cuja proposta deverá ser elaborada nos próximos 45



dias.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Quero cumprimentar a Deputada Benedita da Silva e a Deputada Soraya Santos, que cumpriram um papel exemplar nas suas funções ligadas à bancada feminina durante esse último período. O trabalho de V.Exas. orgulha o Parlamento brasileiro.

A Deputada Soraya Santos fez um brilhante trabalho na Procuradoria, buscou dar vida a essa função, fez um belo trabalho junto ao Supremo Tribunal Federal em causas importantíssimas para as mulheres brasileiras.

Eu quero fazer esse reconhecimento público ao seu trabalho, Deputada Soraya.

Deputada Benedita da Silva, a sua história nesta Casa fala por si só. V.Exa. tem uma vida pública extensa, com reputação ilibada e um espírito público muito grande. V.Exa. nos inspira todos os dias nesta Casa a praticar a boa política, sempre propositiva e resolutiva. V.Exa. é uma mulher do diálogo. Sem dúvida alguma, Deputada Benedita, o nome de V.Exa. já está nos *Anais* desta Casa, já está nos *Anais* da política brasileira. Em mais uma oportunidade que teve de ocupar uma função importante na Casa, V.Exa. demonstrou o seu valor. É por isso que o povo do Rio de Janeiro e o povo brasileiro se orgulham tanto da sua história. Receba desta Presidência este reconhecimento ao seu trabalho, à sua história, à sua vida de lutas em favor da nossa população.

(*Palmas.*)

Quero também cumprimentar a Deputada Yandra Moura, que era a Parlamentar responsável pelo Observatório Nacional da Mulher na Política e agora cumpre importante missão à frente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional desta Casa, demonstrando sua competência nas funções que tem ocupado.

A essas três Parlamentares deixo o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento.

Parabéns pela construção do acordo envolvendo todos os partidos, para que a representação da nossa bancada feminina se desse da melhor forma possível!

Antes de encerrar a Ordem do Dia, porque me parece que não temos mais acordo nos demais projetos, quero aqui reconhecer o papel do Deputado Zé Trovão na criação desse grupo de trabalho que anunciei.

(*Palmas.*)

Deputado Zé Trovão, V.Exa. me procurou ainda no mês de março para falar desse tema, e, quando eu anunciei aqui a criação do grupo de trabalho, acabei cometendo uma falha, mas quero reconhecer agora, Deputado, que, logo que



assumi a Presidência, fui procurado por V.Exa. com essa pauta, muito cara ao seu mandato.

Eu não tenho dúvidas de que o Líder Sóstenes o colocará nesse grupo de trabalho, Deputado Zé Trovão, para que V.Exa., juntamente com os demais Deputados, como o Deputado Pedro Paulo e tantos outros que querem discutir o tema da eficiência da máquina pública e de uma reforma administrativa que torne o nosso Estado mais eficiente e menos pesado para o contribuinte, possa entregar a esta Casa e ao País um resultado positivo desse trabalho.

Eu tenho muita confiança nisso e quero, de certa forma, poder contar com o apoio e a dedicação exclusiva de todos, nos próximos 45 dias, para a elaboração dessa proposta.

Quero reconhecer aqui esse pedido de V.Exa. de criação desse grupo de trabalho que ora estamos autorizando.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Documento 6/7

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-20:16
Publ.: DCD - 5/22/2025 -	Pedro Paulo-PSD -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação do projeto sobre a revisão de cargos e salários de mais de 40 categorias do funcionalismo público federal, fruto de acordos com o Governo e do trabalho conjunto com o Ministério da Gestão. Destacou o papel da Ministra Esther Dweck, do Relator Deputado Gastão Vieira e do Presidente da Câmara, Hugo Motta, na construção do consenso. Enfatizou que os reajustes estão previstos no Orçamento, com impacto de R\$ 17 bilhões, e ressaltou a legitimidade do Governo para reestruturar cargos e priorizar áreas como a educação. Ao concluir, defendeu a criação de grupo de trabalho com prazo de 45 dias para apresentar proposta de reforma administrativa.

O SR. PEDRO PAULO (Bloco/PSD - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Cabo Gilberto, obrigado pela oportunidade.

Eu queria também agradecer ao Líder do Governo, o Deputado Guimarães, que me ofereceu este momento de fala pela Liderança do Governo, já que sou Vice-Líder do Governo.



Primeiro quero parabenizar os servidores públicos federais por essa convalidação da revisão de cargos e salários de mais de quarenta categorias, que foi fruto de acordos celebrados com o Governo Federal, em especial com o Ministério da Gestão.

Parabenizo todo o trabalho que foi feito pelo Ministério da Gestão, na pessoa da Ministra Dweck, por esse imenso acordo que foi construído com os servidores públicos federais.

Queria também parabenizar o Deputado Gastão, do meu partido, do PSD, pela relatoria deste projeto, e falar do seu enorme trabalho para que pudesse construir o acordo para esta votação do dia de hoje. É um assunto polêmico, um assunto delicado, que divide visões sobre o momento atual do Brasil — em especial, o fiscal —, sobre decisões de gestão do Governo. Conseguir construir um consenso para a aprovação de hoje foi um trabalho feito pelo Deputado Gastão.

Quero parabenizar em especial o Presidente desta Casa, o Deputado Hugo Motta, por essa condução.

É claro que é um projeto que divide opiniões, porque o Brasil vive hoje uma circunstância, não conseguiu ainda reequilibrar as contas do Governo Federal. Nós estamos enfrentando mais um ano que provavelmente será de déficit público.

Toda vez que se discute, por exemplo, o aumento da folha de pessoal, com impactos previdenciários, sendo a folha de pagamento e a Previdência, talvez, as duas principais despesas obrigatórias que hoje sufocam o espaço do orçamento público primário para investimento, para despesas que nós chamamos de discricionárias, isso é algo que para muitos pode significar algum grau de irresponsabilidade, mas precisamos ver os dois lados dessa história.

Se de um lado é verdade que há dificuldade hoje por parte do Governo de reequilibrar suas contas, e por muitas vezes falta a absoluta crença da importância do orçamento equilibrado e de se produzir superávit para que os investimentos aconteçam — e o Brasil precisa muito de investimento —, de outro há também a necessidade de revisão de carreiras, de reconhecimento do trabalho do servidor público.

Para se resolver essa questão, independentemente da discussão do momento, se deveria ou não, é importante dizer que o Governo cumpriu todas as regras para a aprovação desse reajuste dos servidores. A primeira e a principal delas é a questão dos impactos orçamentários.

Eu tive a oportunidade de encaminhar um requerimento de informações ao Ministério da Gestão e ao Tesouro Nacional para que pudessem esclarecer sobre os impactos deste projeto que nós aprovamos hoje. O Governo Federal explicou detalhadamente aquilo que significava aumento da folha este ano,



aquilo que significava impacto previdenciário. E está lá, no Orçamento que nós aprovamos, o aumento de 17 bilhões de reais na folha de pessoal e da Previdência para conter esses acordos que foram assinados. Aliás, são reajustes que já estão sendo aplicados, e o servidor público federal já os está recebendo.

Então, sobre a questão dos impactos, ainda que eles sejam pesados, importantes, eles foram feitos para cumprir um rito que está apontado no Orçamento e que foi aprovado nesta Casa. Isso é muito importante esclarecer, porque nós aprovamos aqui sabendo exatamente o dimensionamento daquilo que nós estávamos aprovando.

Outro aspecto é em relação às transformações de cargos, cargos que estavam vacantes, cargos que estavam obsoletos. E é prerrogativa, sim, do Governo Federal, que foi eleito nas urnas, ter a sua visão sobre quais cargos são necessários para modernizar a gestão, quais cargos precisam ser preenchidos para atender políticas públicas que foram encaminhadas pelo Governo.

E se discutiu muito nessa votação a questão dos institutos federais. Boa parte dos cargos que foram alocados, foram substituídos, são para atender a criação dos institutos federais, para atender a área da educação, que foi uma prioridade dada pelo Governo. Portanto, nós temos que respeitar, obviamente, essa decisão do Poder Executivo e de quem tem o mandato para estabelecer, para criar suas políticas públicas.

Eu queria, por último, ressaltar que acredito que a decisão do Presidente Hugo Motta na construção desse acordo para votar esta matéria foi absolutamente feliz. O projeto que nós aprovamos ontem, na sua origem, Deputado Fahur, tinha uma previsão de estabelecer alguns mecanismos de reforma administrativa. Sem dúvida nenhuma, talvez esse seria um dos pontos mais polêmicos para que pudesse esta proposta ser aprovada.

Obviamente, a capacidade de articulação e a visão do Presidente Hugo Motta construiu um acordo para que todos esses elementos de reforma administrativa, que não tinham consenso nesta Casa, fossem retirados do projeto, do parecer do Deputado Gastão, e fosse apartado isso para se criar um grupo de trabalho para se discutir a reforma administrativa de forma mais ampla, ouvindo as diferentes correntes de pensamento, as diferentes visões, ouvindo a sociedade.

No entanto, a determinação que acabou de nos dar o Presidente Hugo Motta é de que não seja um grupo de trabalho sem prazo definido, um grupo de trabalho só para se ganhar tempo e não aprovar nada. Daí a decisão do Presidente para que esse grupo de trabalho tenha a participação dos partidos na escolha das suas lideranças, dos representantes partidários, para que esse grupo tenha uma coordenação e com uma determinação clara de, em 45 dias, entregar uma proposta de reforma do serviço público federal. Quem sabe até essas mudanças rebatam no serviço público estadual e nos nossos mais 5 mil Municípios, essas propostas de modernização do Estado brasileiro.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse será um grande momento para que o



Parlamento discuta uma reforma. Nós vivemos aqui nesta Casa, sob a Presidência do ex-Presidente Rodrigo Maia, a aprovação de duas reformas, a reforma da Previdência e a reforma trabalhista; sob a Presidência do nosso Deputado Arthur Lira, a reforma tributária.

Para finalizar, eu não tenho nenhuma dúvida de que a grande reforma agora, deste momento, é a reforma administrativa. Tenho absoluta convicção também de que o Presidente Hugo Motta sabe disso. Certamente, tem o potencial de ser a grande reforma, pelo menos deste ano e do próximo ano, que o Parlamento pode apresentar ao Brasil.

Eu queria saudar essa decisão do Presidente Hugo Motta e a aprovação da Câmara. Foi um grande dia para esta Casa. Nós vencemos hoje.

Obrigado.

Documento 7/7

95.2025 Sessão Ordinária 28/05/2025-19:48
Publ.: DCD - CD
5/29/2025 - Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB

**FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO
ORDEM DO DIA DA PRESIDÊNCIA
DISCURSO**

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados criticou a proposta do Governo Federal de aumentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e afirmou que o Parlamento está esgotado com esse tipo de iniciativa. Ressaltou que tem dialogado com o Senado Federal, com a Oposição e com o próprio Governo na busca por uma solução equilibrada. Destacou a urgência de um debate estrutural sobre as prioridades do País e enfatizou a pauta positiva da Casa, como a criação de grupo de trabalho para tratar da reforma administrativa e da eficiência da máquina pública. Reforçou que a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL), que visa à derrubada do aumento do IOF, deve ocorrer nas duas Casas. Ao final, garantiu que sua decisão será tomada com responsabilidade e espírito público.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Nós teremos uma reunião — já peço vênia aos colegas para eu sair em seguida a esta fala — para tratarmos justamente deste tema. Hoje nós passamos boa parte do dia conversando sobre esta medida.

Todos sabem que este Parlamento tem um grande incômodo com medidas que



visem sempre a aumento de impostos. Há de nós certo esgotamento com estas medidas. Nós temos conversado com o Governo. V.Exas. sabem que eu presido esta Casa com muito equilíbrio, e nós sabemos que a votação do PDL gera alguns impactos que precisam ser alvo de conversa.

Ontem eu conversava com as Lideranças da Oposição e dizia que não é só pontual e, na minha avaliação, bom para o País discutirmos a derrubada desta medida. Nós precisamos avançar num debate estrutural. Precisamos fazer uma ampla discussão sobre questões necessárias ao País, questões que, parece, ainda não foram colocadas como prioridade nesta Casa.

Esta Presidência tem-se esforçado para avançar em pautas positivas para o País, como o grupo de trabalho que trata da eficiência da máquina pública e da reforma administrativa. Esta é uma medida que penso ser urgente para o País, como tantas outras que podem vir em substituição a esta medida infeliz que o Governo adotou.

Nossa construção tem que ser feita junto com o Senado Federal, já que a votação do PDL não pode acontecer em apenas uma das Casas, pois, para que se consolide, ela tem que acontecer nas duas Casas. Por isso, nossa conversa tem sido com o Governo e com o Senado, para que, a partir daí, eu possa apresentar aos Líderes e a esta Casa uma solução possível.

Nós estamos muito preocupados com esta medida, com os impactos que ela trouxe, com a manifestação do setor produtivo, que é contrário a ela, e com o papel que a Oposição cumpre nesta Casa, o de apresentar um projeto de decreto legislativo. Com isso, nós teremos, ainda na noite de hoje, após esta conversa, uma posição clara do que esta Casa adotará.

Não tenham dúvida de que meu interesse é construir uma solução da melhor maneira possível, levando em consideração o sentimento da Oposição, construindo aquilo que é melhor para o Governo, mas, acima de tudo, com o foco voltado para o País. Eu não estou preocupado com a próxima eleição: eu estou muito preocupado é com o Brasil de hoje, porque nós temos que apresentar soluções para os graves e grandes problemas que nossa população vive.

Podem ter a certeza de que nós vamos agir com muita responsabilidade e com compromisso para com nosso País e, acima de tudo, com espírito público.

Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone, para falar pela Liderança do PSOL.
